



2015

Relatório de Observância do Direito de Oposição

Estatuto do Direito de Oposição — Lei n.º 24/98 de 26 de maio



ÍNDICE

INTRODUÇÃO

- | | |
|--------------------------------------|---|
| 1. Enquadramento legal | 2 |
| 2. Oposição, direitos e titularidade | 2 |

TITULARES E CUMPRIMENTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO

- | | |
|-------------------------------------|---|
| 1. Titulares do direito de oposição | 3 |
| 2. Direito à Informação | 4 |
| 3. Direito de Consulta Prévia | 5 |
| 4. Direito de Participação | 5 |
| 5. Direito de Depor | 7 |

CONCLUSÃO

1



INTRODUÇÃO

1. Enquadramento legal

O Estatuto do Direito de Oposição, aprovado pela Lei n.º 24/98, de 26 de maio, assegura às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática aos órgãos das autarquias locais de natureza representativa. O diploma desenvolve e aprofunda o preceito constitucional do direito de oposição democrática consagrado no n.º 2 do artigo 114.º da Constituição da República Portuguesa.

O n.º 1 do artigo 10.º da Lei nº 24/98, de 26 de maio, estabelece que os órgãos executivos das autarquias locais devem elaborar relatórios de avaliação do grau de observância dos direitos e garantias da oposição, estabelecidos no mesmo diploma.

De acordo com a alínea yy) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à câmara municipal dar cumprimento ao Estatuto do Direito da Oposição.

No Município do Cartaxo, esta competência encontra-se delegada no presidente da câmara municipal, por deliberação tomada em 21 de outubro de 2013, sendo que este, de acordo com a alínea u) do n.º 1 do artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tem competência própria promover o cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição e a publicação do respetivo relatório de avaliação.

2. Oposição, direitos e titularidade

Por oposição, o diploma entende toda a atividade de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas dos órgãos das autarquias locais de natureza representativa, sendo que o direito ao seu exercício integra os direitos, poderes e prerrogativas previstos na Constituição e na lei.

No que respeita aos municípios, os titulares do direito de oposição são:

1. os partidos políticos representados no órgão deliberativo – Assembleia Municipal – que não estejam representados no órgão executivo – Câmara Municipal; - cfr. artigo 3.º, n.º 1, do Estatuto do Direito da Oposição;



2. os partidos políticos representados nas Câmaras Municipais, desde que nenhum dos seus representantes assuma pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas; e - cfr. artigo 3.º, n.º 2, do Estatuto do Direito da Oposição;
3. os grupos de cidadãos eleitores que como tal estejam representados em qualquer órgão autárquico, nos termos dos números anteriores. - cfr. artigo 3.º, n.º 3, do Estatuto do Direito da Oposição;

Aos titulares do direito de oposição assiste:

1. **Direito de Informação** – os titulares têm o direito de ser informados regular e diretamente pelos correspondentes órgãos executivos sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público relacionados com a sua atividade; - cfr. artigo 4.º, do Estatuto do Direito da Oposição;
2. **Direito de Consulta prévia** – os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais (ver titulares do direito de oposição) têm o direito de ser ouvidos sobre propostas dos respetivos orçamentos e planos de atividade. - cfr. artigo 5.º, do Estatuto do Direito da Oposição;
4. **Direito de Participação** – os partidos políticos da oposição têm o direito de se pronunciar e intervir, pelos meios constitucionais e legais, sobre quaisquer questões de interesse público relevante, bem como o direito de presença e participação em todos os atos e atividades oficiais que, pela sua natureza, o justifiquem; - cfr. artigo 6.º, do Estatuto do Direito da Oposição;
5. **Direito de Depor** – os partidos políticos têm o direito de depor perante quaisquer comissões constituídas para a realização de livros brancos, relatórios, inquéritos, inspeções, sindicâncias ou outras formas de averiguação de factos sobre matérias de relevante interesse local. - cfr. artigo 8.º do Estatuto do Direito da Oposição;

TITULARES E CUMPRIMENTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO

1. Titulares do direito de oposição

No Município do Cartaxo, o Partido Socialista é o único partido político representado na Câmara Municipal, com pelouros e poderes delegados, ou qualquer outra forma de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas.



O único partido político representado na Assembleia Municipal que não tem representação política no órgão executivo, é a Coligação Democrática Unitária (CDU).

Assim, os titulares do direito de oposição no Município do Cartaxo, são:

1. Paulo Varanda – Movimento pelo Cartaxo (PV-MPC) – representado por dois vereadores na Câmara Municipal e por cinco membros eleitos e dois por inerência de funções, na Assembleia Municipal;
2. Partido Social Democrata (PSD) – representado por dois vereadores na Câmara Municipal e por cinco membros eleitos na Assembleia Municipal; e
3. CDU – representada por dois membros eleitos na Assembleia Municipal.

2. Direito à Informação

Em cumprimento das alíneas s), t), x), y), do n.º 1 do artigo 35.º e do n.º 4 do mesmo artigo do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os titulares do direito de oposição do Município do Cartaxo foram, tanto de forma escrita como verbal, informados quer diretamente pelo Presidente da Câmara, quer pelos vereadores com pelouros atribuídos e competências delegadas e subdelegadas, sobre os principais assuntos e processos de interesse público municipal, no contexto das reuniões dos órgãos executivo e deliberativo.

Em todas as reuniões do executivo, o presidente da Câmara e/ou os vereadores com pelouros atribuídos, usaram o período antes da ordem do dia, para dar a conhecer, de forma pormenorizada, os eventos em que participaram, assim como as reuniões oficiais que tiveram lugar com interlocutores, quer público, quer privados, durante o período que mediou cada uma das reuniões da Câmara, com indicação dos assuntos nelas tratados.

Toda a documentação de fundamentação aos pontos da ordem do dia agendados, quer para as reuniões da Câmara, quer da Assembleia, foi disponibilizada em suporte digital, para consulta e análise prévia, aos membros dos respetivos órgãos. Sempre que solicitado previamente, ou no decurso das reuniões/sessões, foram disponibilizados documentos complementares sobre os assuntos da ordem do dia, ou outros considerados relevantes.

As atas foram previamente discutidas e analisadas em forma de projeto antes da sua aprovação final em reunião de Câmara Municipal ou em sessão da Assembleia Municipal.



As sessões da Assembleia Municipal foram precedidas de reuniões com elementos escolhidos pelas forças políticas com representação neste órgão, para preparação da sessão e antecipação de qualquer informação que estes considerassem necessária à prossecução do seu trabalho.

Nas sessões da Assembleia Municipal foi apreciada a informação da atividade da Câmara Municipal.

Foi facultada resposta a pedidos de informação requeridos pelos membros da Assembleia Municipal ao presidente da Câmara, sobre diversos assuntos de interesse municipal, tais como, o relatório sobre a atividade desenvolvida pelo município no âmbito do processo de revisão do PDM; cópia do acordo tripartido celebrado entre Município, REFER e EP-Estradas de Portugal, a propósito da construção da passagem superior a via-férrea em Santana; listagem das despesas correntes; constituição da comissão executiva para as comemorações dos 200 anos de elevação do Cartaxo a concelho, quais as áreas vão ser abrangidas pelas comemorações, quais os contactos efetuados e qual o ponto de situação face às entidades já contactadas.

Durante o ano de 2015, os titulares do direito de oposição, foram convidados a estar presentes em todas as sessões públicas de esclarecimento à população ou de debate público, tais como:

- ✓ 15 de janeiro - sessão pública de apresentação e recolha de contributos para a Estratégia Pública de Desenvolvimento Local/Desenvolvimento Local de Base Comunitária (EDL/DLBC) 2014-2020, da APRODER em parceria com o Município do Cartaxo;
- ✓ 12 de maio – sessão pública para apresentação e debate da revisão do Plano Diretor Municipal do Cartaxo (PDM) com investidores e empresários do concelho;
- ✓ 20 de maio – sessão pública para apresentação do esboço de regulamento do estacionamento tarifado e à superfície da cidade do Cartaxo e linhas orientadoras para estudo de circulação rodoviária e estacionamento;
- ✓ 24 de junho - sessão de esclarecimento sobre Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana (PERU);
- ✓ 27 de outubro - sessão pública de apresentação da proposta de Plano de Atividades para as Comemorações dos 200 Anos de Elevação do Cartaxo a Concelho e recolha de contributos;





3. Direito de Consulta Prévia

Em setembro de 2015, foi realizada uma reunião com os representantes das forças políticas tendo em vista a recolha de contributos e sugestões para a formalização de candidatura ao Fundo de Apoio Municipal (FAM), onde estiveram presentes o Partido Socialista, o Paulo Varanda – Movimento pelo Cartaxo, o Partido Social Democrata e a Coligação Democrática Comunitária. Desta reunião foi elaborada uma ata que se junta ao presente relatório e foi apresentado pelo Paulo Varanda – Movimento pelo Cartaxo um conjunto de questões através de um documento que também se anexa (doc. 1 e 2)

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 5.º do Estatuto do Direito de Oposição, e no quadro do processo de elaboração das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015 foi solicitado aos representantes do direito de oposição a apresentação de propostas e contributos para serem analisados no âmbito da elaboração dos referidos documentos.

Para tal, em setembro de 2015 foram agendadas reuniões de trabalho individualizadas com as seguintes forças políticas: Bloco de Esquerda, Paulo Varanda – Movimento pelo Cartaxo, Coligação Democrática Comunitária, Partido Socialista e Partido Social Democrata. Destas reuniões foram elaboradas atas que se juntam ao presente relatório. (doc. 3 a 7)

O pedido de apresentação de propostas foi estendido aos autarcas de Junta de Freguesia, para a discussão dos documentos referidos.

4. Direito de Participação

Para além do direito de se pronunciar pelos meios constitucionais e legais, sobre quaisquer questões de interesse público, podendo efetuar pedidos de informação, requerimentos, declarações políticas e esclarecimentos, durante o ano de 2015, foram dadas condições aos titulares do direito de oposição, para a sua participação nas decisões municipais, convidando-os a estarem presentes em eventos e sessões públicas organizadas pelo município, assim como, a discursarem e a apresentarem à população as suas propostas em momentos públicos de maior relevância para o concelho.

A participação dos elementos das forças políticas na Câmara e na Assembleia municipal – intervenções e declarações de voto ou perguntas dirigidas ao executivo, assim como, informação prestada no período antes da ordem do dia – foi integrada nas respetivas atas.



Todos os documentos, nos quais conste informação sobre a sua participação, são publicados no *site* do município, logo que aprovados e aí se mantém disponíveis para consulta – entre os quais se destaca a publicidade das deliberações da Câmara e da Assembleia, que são publicadas no dia seguinte à realização das reuniões ou sessões dos respetivos órgãos.

Aos titulares do direito de oposição foi constantemente assegurado o direito de apresentação de propostas de deliberação, que seriam agendadas sempre que possível para a reunião seguinte à entrega da mesma nos serviços municipais. Foram ainda esclarecidas todas as questões dirigidas ao executivo, quer de modo direto nas reuniões ou sessões dos órgãos nas quais as questões foram colocadas, quer através de informação escrita, entregue em sessões posteriores, para conhecimento e análise.

Para os eventos oficiais organizados pelo município, foram enviados convites a todos os titulares – quer aos elementos que os representam nos órgãos municipais, de modo individual, quer às estruturas de organização política, quando estas existiam - para cerca de 29 eventos, a título meramente exemplificativo, elenca-se a receção à comunidade escolar, o concerto de ano novo, a inauguração da Festa do Vinho e Feira de Todos os Santos, aniversário dos Bombeiros Municipais.

Foram ainda elaboradas 31 notas de divulgação prévia sobre os eventos organizados pelo município, ou nos quais este foi entidade parceira, destacando-se o Festival de Folclores no âmbito da Capital do Vinho, a troca de livros escolares, o 10.º aniversário do Centro Cultural do Cartaxo, as reuniões da câmara municipal e sessões da assembleia municipal descentralizadas e o seminário – Fatores críticos de competitividade.

Ainda no âmbito do direito de pronúncia e intervenção sobre assuntos relevantes para o município, aos representantes das forças políticas foi disponibilizado espaço no *site* do município para divulgação de *e-mail* para contacto direto com os cidadãos. Também no *site*, se encontram disponibilizadas as iniciativas organizadas pela Assembleia Municipal, os contactos dos líderes de cada bancada e os dias de atendimento presencial aos munícipes – estes podem atender os(as) munícipes que queiram apresentar propostas ou dar conhecimento de qualquer situação que considerem relevante, em espaço disponibilizado para o efeito durante todo o mandato 2013-2017, situado no edifício sede do município.

Para além dos titulares do direito de oposição, todas as outras forças políticas que concorreram às eleições autárquicas foram convidadas a intervir publicamente em momentos significativos para o concelho – como a Sessão Solene da Assembleia Municipal nas



Comemorações do 25 de Abril – das quais foi dado destaque em notas de informação enviadas aos órgãos de comunicação social e publicadas no *site* do município.

Ao longo do ano, as forças políticas puderam participar nas decisões municipais sobre assuntos relevantes para o concelho, tendo sido convidadas a apresentar propostas próprias. Os convites foram acompanhados de toda a informação disponível sobre os assuntos em causa – Fundo de Apoio Municipal e Grandes Opções do Plano.

Foi, ainda, garantida a distribuição de toda a correspondência remetida ao Município do Cartaxo e destinada aos Vereadores ou aos membros da Assembleia Municipal.

5. Direito de Depor

Durante o ano de 2015 os titulares do direito de oposição não intervieram em qualquer comissão para efeitos da aplicação do direito consagrado no artigo 8.º do Estatuto do Direito de Oposição, dado que não foi constituída qualquer comissão para a realização de livros brancos, relatórios, inquéritos, inspeções ou sindicâncias.

CONCLUSÃO

O presente relatório indica de forma sucinta as principais ações promovidas pelo presidente da Câmara Municipal para garantir o cumprimento do estabelecido na Lei nº 24/98, de 26 de maio – assegurar às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática aos órgãos das autarquias locais de natureza representativa, conforme é da sua competência formal.

Para além do cumprimento desta competência, quer o presidente da Câmara Municipal, quer o presidente da Assembleia Municipal, assim como os membros dos órgãos autárquicos municipais, desenvolveram iniciativas com vista à promoção da participação democrática, quer das forças políticas da oposição, quer dos próprios cidadãos.

Entre estas iniciativas, estão as reuniões e as sessões descentralizadas da Câmara que permitiram aos munícipes e eleitos das freguesias intervirem, dando nota das suas preocupações e deixando aos eleitos municipais o seu testemunho sobre as decisões que os afetam diretamente.



O presidente da Câmara considerou também que os direitos estabelecidos para os titulares formais do direito de oposição, deveriam ser alargados a todas forças políticas que apresentaram projetos às eleições autárquicas para o mandato 2013-2017, apesar de não terem representação nos órgãos executivo e deliberativo municipal – pelo que quer os convites para participar em eventos oficiais, quer o convite para apresentação de propostas sobre assuntos de interesse estratégico para o município, como as grandes Opções do Plano e o Fundo de Assistência Municipal, também lhes foram dirigidos.

Pelo exposto, considera-se que foi dado cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição, aprovado pela Lei nº 24/98, de 26 de maio.

O relatório será enviado aos titulares do Direito de oposição, para que sobre ele se pronunciem, e publicado no *síte* do município na internet.

O Presidente da Câmara Municipal,

Pedro Magalhães Ribeiro



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REUNIÃO COM FORÇAS POLÍTICAS

ATA N.º 01 | 09 SETEMBRO 2015

Recolha de contributos das forças políticas para formalização de candidatura ao Fundo de Apoio Municipal (FAM).

Aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, no edifício dos Paços do Município, realizou-se uma reunião com as forças políticas deste município, sob a Presidência do senhor, Presidente da Câmara Municipal, PEDRO MIGUEL MAGALHÃES RIBEIRO (PS), coadjuvado pelo senhor Vice-Presidente FERNANDO MANUEL DA SILVA AMORIM (PS), e pela senhora Vereadora SÓNIA MARGARIDA PIMENTA DA PIEDADE TEIXEIRA SANTOS SERRA (PS).

Participaram na reunião e assinaram a lista de presenças, os seguintes representantes de forças políticas:

- ✓ Pedro Nobre – PS;
- ✓ Augusto Parreira – PS;
- ✓ Nuno Nogueira – PV-MPC;
- ✓ Hélder Anacleto – PV-PMC;
- ✓ José Augusto – PSD;
- ✓ Gonçalo Gaspar – PSD;
- ✓ Rodrigo Rodrigues – CDU.
- ✓ Mário Júlio – CDU;

APOIO – Secretariou a técnica superior, Andreia Elvas.

ABERTURA – Com a apresentação de saudações a todos os presentes, o senhor presidente declarou aberta a reunião, quando eram dezanove horas e trinta minutos, cujo assunto em debate consiste na recolha de contributos das forças políticas para a formalização de candidatura ao Fundo de Apoio Municipal (FAM).

JR2



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REUNIÃO COM FORÇAS POLÍTICAS

Presidente da câmara municipal

Deu início à reunião propondo que a reunião fosse gravada para posteriormente ser elaborada uma ata, o que foi aprovado por unanimidade.

De seguida, referiu que tinha distribuído documentos que refletiam o contexto económico-financeiro do Município do Cartaxo, assim como, o respetivo regime financeiro das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Esclareceu que município é obrigado a aderir ao procedimento de recuperação financeira municipal por se encontrar em situação de rutura financeira que se verifica sempre que a dívida total prevista no artigo 52.º do RFAL seja superior, em 31 de dezembro de cada ano, a 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios.

O processo de recuperação financeira determina o recurso ao Fundo de Apoio Municipal (FAM).

Acrescentou que o rácio do município está em cerca de 4,8 com a Rumo 2020 incluída e em 4,14 sem a empresa municipal.

A correção do excesso de endividamento do município constitui um desafio difícil de ultrapassar e, neste contexto, o executivo quer recolher com os contributos de todas as forças políticas.

Referiu que, como todos têm conhecimento, o recurso ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) não foi um objetivo concretizado no último mandato, tendo ocorrido só após a tomada de posse deste executivo municipal.

Explicou que o recurso ao FAM irá permitir a solvência dos principais compromissos financeiros a curto prazo e que irá aliviar alguma pressão da liquidez a curto prazo, dotando o município de capacidade orçamental, que hoje está severamente limitada, dado o volume de compromissos que foram assumidos ao longo dos anos ser terem sido pagos.



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REUNIÃO COM FORÇAS POLÍTICAS

Realçou o quadro distribuído e alertou para os valores refletidos no mesmo.

Assim, lembrou que em Outubro do ano de 2012, no anterior mandato a Assembleia Municipal declarou o Município do Cartaxo em situação de desequilíbrio financeiro estrutural.

Tendo sido proposto um plano de reequilíbrio financeiro no montante de 45 milhões, que tinha como objetivo consolidar os passivos financeiros, onde se encontrava previsto o recurso a dois tipos de financiamentos: um empréstimo no âmbito do programa do PAEL, até ao valor de 17 000 006,00 €, pelo prazo de 20 anos e empréstimos a contrair junto de instituições financeiras no montante máximo até 27,5 milhões de euros, também pelo prazo de 20 anos.

Porém, como também é do conhecimento público, no anterior mandato nada disto foi concretizado e só em outubro do ano de 2014, já neste mandato, é que o município conseguiu obter o visto do Tribunal de Contas ao empréstimo do PAEL, tendo recebido a 1.ª tranche em novembro de 2014 e a 2.ª tranche deverá ser recebida ainda no decurso deste mês ou no mês de outubro.

No entanto, apesar de os esforços na contenção de despesa, as extremas necessidades de liquidez para fazer face a obrigações vencidas e vincendas, colocam a gestão de tesouraria corrente sob uma forte pressão, facto este que impôs fortes limitações, à capacidade da autarquia em participar no desenvolvimento económico, social e cultural do concelho.

Devido ao valor do passivo do município, o executivo teve necessidade de recorrer a programas de apoio para pagamentos de dívidas a curto prazo. Esta entrada de meios financeiros teve reflexo imediato na economia local dado ao valor do montante, que já foi liquidado.



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REUNIÃO COM FORÇAS POLÍTICAS

Face ao excesso de endividamento municipal verificado em 2011, e à sua não redução em 2012, foi publicado em Diário da República de 10 de janeiro de 2014, o despacho n.º 466/2014 que determinou uma redução de 10% nas transferências no fundo de equilíbrio financeiro até perfazer o montante de 3,7 milhões de euros, devido ao incumprimento do limite de endividamento líquido.

Em 2013, com gestão até outubro do anterior executivo, o Município do Cartaxo não conseguiu reduzir o endividamento nem obter nenhum dos financiamentos previstos no plano de reequilíbrio financeiro apresentado no ano de 2012. Atualmente, o Município do Cartaxo tem uma dedução de 10% nas transferências do orçamento de estado, por violação destes limites de endividamento.

Com a entrada em vigor, a 1 de janeiro de 2014, da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, foi revogada a Lei n.º 2/2007 de 15 de janeiro (Lei das Finanças Locais), tendo o conceito de endividamento sido substituído pelo conceito de dívida total da autarquia, traduzindo-se no facto de a dívida total não poder ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média de receita corrente líquida, cobrada nos três exercícios anteriores.

Assim, solicitou contributos às forças políticas ali representadas para que o PAM - Programa de Ajustamento Municipal - possa cumprir os objetivos imediatos, ou seja, tornar o município solvente, e permitir que o plano a desenhar possa regular o funcionamento daquilo que são as atribuições do município.

Mais acrescentou que, neste contexto, ficou muito surpreendido quando ouviu "alguém" na rádio cartaxo, que parece ter estado hibernado e que só acordou em 2015, pois, só agora é que constatou que os jardins estão descuidados e as ruas esburacadas, apesar de ter sido o n.º 2 da lista liderada por "alguém" que presidiu esta câmara municipal.

De seguida, informou que no próximo dia 21/09/2015, a seguir à reunião de câmara, o executivo irá ouvir as forças políticas, individualmente, durante cerca de meia hora, para recolher contributos para o PAM.



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REUNIÃO COM FORÇAS POLÍTICAS

Deu conhecimento que o executivo enviou um 1.º *draft* para a direção do FAM, na perspectiva de verificar se a metodologia que estava a utilizar, com base nestes elementos, era a correta.

Por fim, realçou que tem existido uma grande colaboração e compreensão por parte da direção do FAM e da estrutura técnica, perante as dificuldades e os problemas do município, apesar de inicialmente terem sentido mais restrições a ser impostas, com o decorrer das candidaturas também tem existido flexibilidade para se ir ajustando o nível de exigência à realidade de cada município.

Nuno Nogueira - PV-MPC

Começou por agradecer o convite e disse que o PV-MPC não se irá debruçar sobre o tema, reservando-se para a reunião individual do dia 21 de setembro.

Assumi ter dado a entrevista e ter feito comentários, não se arrependendo das suas declarações, porém, não irá fazer nenhum combate político sobre esse assunto, porque o tema da reunião é diferente.

Mário Júlio - CDU

No âmbito dos mapas disponibilizados pelo executivo municipal, referiu ter algumas questões técnicas relativas ao serviço da dívida, nomeadamente:

- ✓ Quais as razões que levam a existir um montante inicial e um montante anual?;
- ✓ O que significa o tema prazo?

Relativamente ao último gráfico, questionou o que significa “orçamento corrigido”?

Por fim, questionou a diferença entre a dotação de despesa e os compromissos e o realizado, faturado, porque na sua opinião nada bate certo somando o pago com a dívida.



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REUNIÃO COM FORÇAS POLÍTICAS

Presidente da câmara municipal

Referiu que o montante inicial é do empréstimo e o montante atual é aquilo que ainda não foi amortizado.

Vice-presidente da câmara municipal

Relativamente à questão do “orçamento corrigido” explicou que o orçamento é aprovado em outubro e ao longo do ano sofre alterações orçamentais e, pelo menos, duas revisões. Exemplificou que, no ano de 2014, o orçamento do município sofreu 26 alterações orçamentais.

O “orçamento corrigido” é o resultado destas alterações.

Por sua vez, os compromissos já vêm de anos anteriores em que não existe fatura física, mas que existe um contrato. Neste sentido, o compromisso não se relaciona com o ano da fatura, as colunas não tem de dar certo. Exemplificou que, naquele dia, tinham sido celebrados contratos de compra e venda através de escrituras públicas relativos a processos pré-expropriativos cujos compromissos remontam ao ano de 2006.

Por fim, esclareceu que a diferença entre os compromissos e o realizado é o que se encontra por faturar e a diferença entre o faturado e o pago é a dívida.

Pedro Nobre - PS

Constatou que, no mapa de serviço da dívida, os montantes de financiamentos por liquidar em anos anteriores são de 3 548 000,00 €.

Questionou se ainda se mantém a taxa de juro de 1% e como têm sido as negociações com as instituições financeiras.



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REUNIÃO COM FORÇAS POLÍTICAS

Presidente da câmara municipal

Referiu que a banca funciona com dinheiro e com base na confiança e para isso é necessário cumprir os planos definidos, o que nem sempre se verificou, para tal, existiu um esforço inicial deste executivo para credibilizar o município que se encontrava completamente descredibilizado, pois era frequente atrasos e faltas às reuniões agendadas, assim como, era frequente o incumprimento sucessivo após os acordos estabelecidos. Exemplificou que acontecia com frequência, o município celebrar um acordo de pagamento cumprir meia dúzia de prestações e depois entrava em incumprimento. Ora, isto faz aumentar o risco e o *spread*.

Com o objetivo de credibilizar o município, o executivo foi bem preparado para as reuniões e com planos à medida das suas possibilidades, não no sentido de apresentar o que as instituições financeiras desejavam, mas sim em apresentar o que era possível pagar.

Por isso, o executivo conseguiu em determinadas situações resolver processos que iam para execução/injunção. Até mesmo quando o município foi executado pelo Banco Santander conseguiu negociar com o agente de execução.

O grande esforço desenvolvido pelo executivo municipal foi no sentido de substituir o *stock* de dívida caro por dívida mais barata.

Informou que os juros de mora junto dos fornecedores andam à volta entre os 7,5% ou 8%, e que se conseguirem junto da banca comprar dívida por 3% ou 3,5 %, já se está a substituir a dívida por outra muito mais barata.

Na sua opinião, à conta das taxas de juros elevadíssimas que estavam contratadas poder-se-ia ter feito muita coisa pela cidade, nomeadamente na área dos jardins e dos transportes de crianças.

Salientou que entre os atuais eleitos do PS e aqueles que estão na oposição há uma grande unanimidade sobre o revisor oficial de contas (ROC) e o trabalho que este tem



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REUNIÃO COM FORÇAS POLÍTICAS

desenvolvido, assim como, a melhoria da transparência implementada, porque, na sua opinião, o município precisa de um ROC que diga a verdade e que “*não faça fatos à medida*”, ficando a realidade refletida nas contas.

Realçou que todos estes fatores serviram, acima de tudo, para credibilizar o município, e que o executivo municipal faz um exercício diário para ir resolvendo problemas do passado e tentar que os compromissos agora assumidos consigam ser cumpridos.

Mais sublinhou que, neste contexto, a missão e o desafio, da câmara municipal e da assembleia municipal é enorme.

José Augusto - PSD

Agradeceu o convite para o PSD participar na reunião.

E, referiu que tratar da insolvência da câmara não é um tema fácil e que com este programa de apoio municipal o senhor presidente pretende tornar a câmara solvente e a funcionar regularmente.

Lamentou que a câmara municipal não estivesse no lote dos primeiros municípios que já viram, no início deste mês, o seu processo fechado, uma vez que já se conhecia a sua situação financeira, neste sentido, gostaria de saber quais as dificuldades que o executivo encontrou para que o processo não esteja mais avançado.

Em relação às medidas para o FAM, disse que o diploma que o senhor presidente distribuiu contempla as medidas do equilíbrio orçamental, não deixando margem para grandes medidas.

Acrescentou que infelizmente vivem num concelho onde a câmara municipal, praticamente só assegura as necessidades essenciais e, nem estas seriam possíveis sem o apoio transitório.

Registou que o afastamento da câmara na participação do desenvolvimento económico-social e cultural irá, infelizmente, durar muitos anos, entre 20 a 25.

Relativamente ao FAM, salientou que a lei apresenta 3 vertentes:



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REUNIÃO COM FORÇAS POLÍTICAS

- ✓ Reequilíbrio orçamental;
- ✓ Restruturação financeira;
- ✓ Assistência financeira.

Em relação à reestruturação da dívida, questionou se já houve algum contacto com os credores e relativamente à assistência financeira presume que será preciso um visto do Tribunal de Contas.

Por fim, questionou qual a previsão para a conclusão do processo do FAM, uma vez que os prazos para apresentação do Plano de Ajustamento Municipal (PAM) já foram ultrapassados.

Presidente da câmara municipal

Questionou quais são os municípios que já tem os processos fechados.

José Augusto - PSD

Referiu os municípios de Alandroal, Vila Franca do Campo, Aveiro, etc. de acordo com o veiculado na comunicação social.

Presidente da câmara municipal

Esclareceu que o processo do Município do Cartaxo ainda não está fechado porque se encontra numa das situações mais graves e que a ginástica que o executivo municipal é obrigado a fazer para tornar o município sustentável e cumprir os serviços mínimos, é imensa.

Relembrou que o executivo anda há acerca de 9/10 meses a solicitar à oposição que apresente propostas para o Plano de Ajustamento Municipal (PAM).

E acrescentou que, o município tem atualmente dificuldades em assegurar os serviços essenciais, no entanto, é importante salientar o que o executivo tem feito, contando praticamente com o apoio de voto do PS e, algumas das vezes, dos eleitos do PV-MPC, em reunião de câmara municipal.

JR



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REUNIÃO COM FORÇAS POLÍTICAS

Na sua opinião, é complicado quando “alguém” reivindica mais, mas nunca está disponível nas reuniões de câmara, por causa da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) porque quem tem assumido os compromissos tem sido o PS, e este facto, retira alguma legitimidade para “alguém” chegar aqui e dizer que o município apenas está assumir os serviços mínimos.

Quanto à previsão para a conclusão do processo da candidatura ao FAM, disse que já esperava ter o caminho percorrido há mais tempo, no entanto, o executivo debateu-se com várias dificuldades e não pretende ter uma posição submissa, por isso, tal ainda não foi possível.

Realçou que o executivo pretende apoio por parte do FAM e não ficar numa situação de asfixia municipal, até porque o município vai ter uma “troika” a verificar o cumprimento do PAM. Neste sentido, o esforço negocial do executivo tem sido tentar obter as melhores condições possíveis para que o município possa assegurar, nos próximos anos, mais do que os serviços mínimos.

Explicou que teria sido muito fácil para o município concretizar este plano já há vários meses, para tal, cortava drasticamente em pessoal, em pequenos apoios, taxava os equipamentos culturais e desportivos na dimensão do custo que têm, porém, esta não foi a linha que o executivo seguiu, tendo preferido negociar para obter melhores condições.

Relativamente à questão dos credores, informou que o executivo fez uma seleção dos principais credores com quem foi reunindo, esclarecendo que a situação mais complexa com a banca é a Caixa Geral de Depósitos (CGD).

Acrescentou que o exercício de negociação com os credores foi iniciado antes do FAM, tendo sido das primeiras iniciativas do executivo quando tomou posse, sem grande esforço para os contactar os credores, porque estes vieram logo “bater à porta”.



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REUNIÃO COM FORÇAS POLÍTICAS

A título exemplificativo, informou que, na segunda semana, após o executivo ter tomado posse, o Município do Cartaxo foi notificado pela EDP para escolher 5 edifícios para procederem ao corte de eletricidade, e que passado pouco tempo voltaram novamente à carga.

Outro exemplo desta situação aconteceu com a Rodoviária do Tejo, uma vez que o município tinha a maior dívida, a nível nacional, estando o transporte das crianças em risco de ser cancelado.

Mais acrescentou que o PAEL veio acompanhado pela Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), porque o PAEL teve como objetivo colocar as câmaras com o “*conta-quilómetros a zero*”, no sentido de ser possível cumprir os rácios de endividamento e, nesta sequência, surge a LCPA.

Na sua opinião, a LCPA podia ser melhorada mas tem um bom princípio, e é uma pena que não seja transportada para a administração central porque quem tem feito as maiores poupanças é a administração local, neste sentido, era muito bom que tudo isto fosse acompanhado por quem impõe estas regras.

Disse ainda que o problema do Município do Cartaxo é que o anterior executivo não conseguiu obter o PAEL, pelo que ficou sem “fundos disponíveis” após a entrada em vigor da LCPA e toda esta situação ocorreu por inércia, pois estiveram 21 perguntas do Tribunal de Contas por responder durante um ano e ninguém quis saber.

Realçou que mal este executivo tomou posse teve logo penhoras da autoridade tributária e aduaneira e os que não resolveram o problema foram fazer política afirmando que o município estava a penhorar o Centro Cultural, sendo a única forma que existia para resolver o problema. O Diretor das Finanças, Dr. Isaac, contou-lhes que chegou a estar à espera durante 3 a 4 horas para ser recebido pelo anterior presidente da câmara, mas que não era recebido, ou seja, veio várias à câmara para resolver a situação e não era recebido. Por sua vez, este executivo assim que tomou posse foi a Santarém para resolver a situação.

JR



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REUNIÃO COM FORÇAS POLÍTICAS

Neste contexto, salientou a existência de processos associados a fundos comunitários que se encontram com alguma reserva, não sabendo o executivo, nem o governo, quais as reservas que irão existir para os municípios que se encontram em rutura financeira, pois qualquer projeto, como o Centro Escolar de Pontével tem de ser submetido a visto do Tribunal de Contas.

Afirmou que se comentava que o governo pode criar um regime de exceção para efeitos de candidaturas a fundos comunitários, no entanto, aguarda-se pela solução do próximo governo.

Terminou dizendo que o município vive um quadro de grande incerteza porque há matérias que ainda ninguém sabe dizer como se irão resolver.

José Augusto – PSD

Disse que não foi a abstenção dos vereadores do PSD que impediu o município de fazer os compromissos essenciais e que as negociações com os credores são uma “boa fatia” para a apresentação do PAM, neste sentido, questionou se o município tem ganhos efetivos hoje ou quando forem efetuados os primeiros *drafts*.

Presidente da câmara municipal

Explicou que os valores - cerca de 17 000 000,00 € - devidos aos credores mais antigos estavam enquadrados no âmbito do PAEL e que a parte remanescente estava contemplada no plano de reequilíbrio financeiro que nunca chegou a ser obtido porque não se conseguiu harmonizar entre todas as entidades bancárias uma maturidade, que, na sua opinião, era uma coisa simples de se fazer.

Já com a nova lei das finanças locais – Lei n.º 73/2013, de 9 de setembro – desaparece o plano de reequilíbrio financeiro e surge um novo instrumento jurídico, o Fundo de Apoio Municipal (FAM), na sua opinião, a única vantagem deste instrumento é resolver a questão com alguns bancos.



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REUNIÃO COM FORÇAS POLÍTICAS

Vice-presidente da câmara municipal

Esclareceu que grande parte da dívida a fornecedores estava incluída no PAEL, sobrando cerca de 9 000 000,00 € e que este executivo quando tomou posse conseguiu celebrar cerca de 38 acordos de pagamento com alguns fornecedores, nomeadamente, com os mais importantes.

Quanto aos fornecedores que se encontram à espera de pagamento do município desde 2007/2008, esclareceu que pode pedir para estes reduzirem os juros, mas que não lhes consegue pedir que reduzam o preço da matéria-prima.

Neste sentido, informou que o município está a negociar perdões de juros com:

- ✓ SUMA (juros – 27 000,00 €);
- ✓ Rodoviária do Tejo (juros – 20 000,00 €);
- ✓ Ecolézria (juros – 300 000,00 €).

A Rodoviária do Tejo já aceitou o proposto e a Ecolézria, se o município cumprir o plano de pagamentos que acordou no âmbito do PAEL, também irá aceitar.

Relativamente à banca, disse que o município só vai negociar com a Caixa Geral de Depósitos, o grande credor, no sentido de manter as taxas de juro de 1,1 %, pois não interessa substituir a dívida até porque o FAM é muito mais caro. Referindo ainda que todos os empréstimos que o município tem com a CGD terminam no ano de 2021 e que se conseguir aguentar o tempo, mantendo a taxa, mais 7 ou 8 anos consegue diluir os juros.

Por fim, esclareceu que relativamente aos outros bancos o município irá regularizar a situação através do recurso ao Plano de Ajustamento Municipal (PAM) e do apoio transitório.

ENCERRAMENTO – E não havendo mais intervenções, o senhor presidente da câmara municipal, deu como encerrada a reunião, quando eram 20 horas e 50



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REUNIÃO COM FORÇAS POLÍTICAS

minutos, para constar se lavrou a presente minuta da ata, e eu, Andreia Elvas, a redigi e subscrevi e vou assinar junto do senhor presidente.

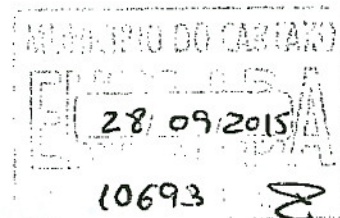
PRESIDENTE

Pedro Miguel Magalhães Ribeiro

SECRETÁRIA DA REUNIÃO

Andreia Elvas

À
Consideração
Sr. Presidente
2015.09.25
4



Conteúdo da reunião Plano de Ajustamento Municipal (PAM) - 22/09/15

Por forma a dar cumprimento à solicitação do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal do Cartaxo, Dr. Pedro Magalhães Ribeiro, no que concerne a eventuais contributos para o Plano de Ajustamento Municipal (PAM), determinante para o Município do Cartaxo, foi analisado por nós cuidadosamente os documentos que nos foram remetidos na reunião do dia 09/09/15, na ótica de contribuir responsavelmente para melhorar os mesmos.

Da análise efetuada aos documentos, verificou-se após a consulta ao sítio que o FAM utiliza no portalautarquico.pt/fundo de apoio municipal/formulários, que o que está em discussão são essencialmente documentos, em que nada podemos contribuir, porque não estão sujeitos a discussão, por se tratar do guião de apresentação do PAM, ou seja as instruções para apresentação do PAM.

O que podemos transmitir sobre este documento?

Não era suposto discutirmos o PAM, e que neste mesmo site se encontra estruturado num ficheiro com várias folhas excel? São essas folhas preenchidas, é que possuem um teor discutível, e importante para o Município do Cartaxo.

Onde está então o draft do PAM, ou a versão final do PAM certificada pelo ROC? Não nos foi facultado. Apenas nos foi dado a conhecer o serviço da dívida, e sem parecer do ROC, ou seja 1/12 do PAM. Os restantes documentos remetidos, são da edição da direção executiva do FAM, o que no nosso entendimento não nos parece estarem em fase de recolha de contributos dos municípios!

Está em falta informação crucial para análise, nomeadamente as medidas de reequilíbrio orçamental, estimativas das receitas, despesas, pessoal ao serviço do município, stock e sustentabilidade da dívida, créditos objeto de reestruturação, credores que não aderiram ao processo de reestruturação, créditos exigidos por terceiros e não reconhecidos, riscos associados à implementação das medidas de reequilíbrio orçamental, e metodologias e pressupostos subjacentes às previsões. Presumimos que não nos esquecemos de nenhum formulário do PAM que consta no site.

Gostaríamos de entender, que contributos eram esperados com a documentação que nos foi facultada.

Por favor, agradecemos que nos conduza.

Algumas notas:

- I. Como ficam os encargos financeiros?
- II. Ponto de situação jurídico da dissolução e extinção da EM RUMO deliberada pela Assembleia Municipal?
- III. Em que medidas assenta a maximização da receita, durante a vigência do PAM?
 - Cobrança do estacionamento do Cartaxo. Essa receita vai constar do PAM?
 - Há património municipal que vai ser alienado? Se sim, há intenção de incluir no PAM?

- A redução nos custos energéticos de que temos vindo a falar, com recurso a equipamentos, e a outras metodologias, vão estar de alguma forma espelhados no respetivo PAM?
 - Em matéria de recursos humanos, qual a estimativa anual de redução de funcionários por via da aposentaçãõ?
 - Em matéria de Fundos Comunitários, como é enquadrável no PAM?
 - ...
- IV. Quanto representa o ganho total? Como fica esse ganho em relação à despesa?
- V. Foi possível negociar alguma redução dos montantes em dívida com os credores?
- VI. Está subjacente avançar com a carência de juros no financiamento FAM? Se sim, em que fase da maturidade? Se o objetivo é numa fase inicial “ganhar tempo”, como nos apercebemos, como está garantida a sustentabilidade do resto do prazo, quando o PAM prevê a intensificação do ajustamento municipal nos primeiros anos de vigência?
- VII. Como ferramenta e metodologia, consideram incluir a implementação de controlo de gestão/ contabilidade analítica / análise por departamentos, que é o instrumento essencial que permite ter uma perspectiva globalizante da informação financeira de uma instituição, para fornecer orientação à gestão?
- VIII. ...

Para terminar, referir que estamos sempre disponíveis para dar os nossos contributos, fazer um trabalho sério em prol do concelho do Cartaxo, desde que seja um trabalho de equipa, com todas as variáveis acauteladas, e de conhecimento comum.

Cumprimentos,

A Coordenação

22/09/15



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REUNIÃO COM FORÇAS POLÍTICAS

ATA N.º 02 | 10 SETEMBRO 2015**Recolha de contributos da força política, Bloco de Esquerda (BE) para elaboração do
orçamento municipal para 2016**

Aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, no edifício dos Paços do Município, realizou-se uma reunião com o Bloco de Esquerda - BE, sob a Presidência do senhor, Presidente da Câmara Municipal, PEDRO MIGUEL MAGALHÃES RIBEIRO (PS), coadjuvado pelo senhor Vice-Presidente FERNANDO MANUEL DA SILVA AMORIM (PS), e pela senhora Vereadora SÓNIA MARGARIDA PIMENTA DA PIEDADE TEIXEIRA SANTOS SERRA (PS).

Participaram na reunião, os seguintes representantes de forças políticas:

- ✓ Francisco Colaço;
- ✓ Odete Cosme;
- ✓ Carlos Silva;

APOIO – Secretariou a assistente técnica, Isabel Santos.

ABERTURA – Com a apresentação de saudações a todos os presentes, o senhor presidente declarou aberta a reunião, quando eram dezasseis horas, cujo assunto em debate consiste na recolha de contributos do Bloco de Esquerda (BE) para elaboração do orçamento municipal para 2016.

Presidente da câmara municipal

Deu início à reunião propondo que a reunião fosse gravada para posteriormente ser elaborada uma ata, o que foi aprovado por unanimidade.

Quanto à matéria desta reunião, informou que o município continua a viver um grave quadro de restrição financeira, uma vez que o Programa de Apoio à Economia Local



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REUNIÃO COM FORÇAS POLÍTICAS

(PAEL) não foi suficiente e o município foi obrigado a recorrer ao Fundo de Apoio Municipal (FAM).

Mais informou que as negociações com a direção do FAM estão a demorar mais do que o inicialmente esperado porque na base da sua estrutura está uma espécie de troika, isto é, há imposição de determinadas medidas que o executivo não aceita pelo que se encontram em negociações para encontrar um ponto de equilíbrio entre as exigências do FAM e os serviços mínimos que o município tem que assegurar aos seus munícipes.

Referiu que uma das opções orçamentais é tentar entregar à gestão de privados a manutenção da Zona Central do Cartaxo que incluía a Praça 15 de Dezembro e o Largo Vasco da Gama, estando em causa uma despesa estimada em 70 000,00 € a 80 000,00 €. E que o objetivo será plantar espécies com pouca manutenção e baixo consumo de água.

Acrescentou que os restantes espaços verdes como a Quinta das Pratas, Parque de Santa Eulália, Parque da Música, Valverde, Quinta do Brito, Quinta das Correias, entre outros, ficam a cargo do município.

Relativamente à Quinta das Correias, o município irá procurar plantar um conjunto de espécies que quase não precisem de manutenção, com um custo estimado de 12 000,00 €, porque tendo em conta que o sistema de rega está destruído, terá que ser regado manualmente.

Quanto às repavimentações urgentes deste concelho, esclareceu que esta despesa está estimada em cerca de 1 500 000,00 €, no entanto, o executivo está a tentar dotar uma verba entre os 200 000,00 € a 300 000,00 € para situações prioritárias de repavimentação, nomeadamente:

- ✓ Rotunda da Polícia de Segurança Pública;
- ✓ Rotunda da escola;
- ✓ Rotunda da rua Calouste Gulbenkian;



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REUNIÃO COM FORÇAS POLÍTICAS

- ✓ Rotunda do estádio municipal;
- ✓ Circuito da rotunda de Vale da Pinta e a Escola Secundária do Cartaxo;
- ✓ Circuito da rua Manuel Bernardo das Neves;
- ✓ Pavimentação junto à escola e às padarias;
- ✓ Rua das Lameiradas – Vale da Pinta;
- ✓ Rua Luís Duarte – Pontével;
- ✓ Largo Mariano de Carvalho – Vila Chã de Ourique;
- ✓ Rua José Poeira - Cartaxo (atrás da Cruz Vermelha);
- ✓ Rua Serpa Pinto até ao quartel dos Bombeiros Municipais.

Explicou que as prestações do FAM e do PAEL terão que estar presentes no orçamento dos próximos anos, assim como, a lista de pagamentos com a banca.

Por fim, acrescentou que as candidaturas a fundos comunitários ainda não se encontravam totalmente esclarecidas para os municípios que não estão a cumprir a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.

O senhor presidente da câmara ausentou-se da reunião às 16.20 h, por motivos de ordem profissional.

Vice-presidente

Começou por explicar alguns mapas que tinham sido distribuídos, nomeadamente o mapa onde constava as responsabilidades do município e neste sentido explicou o orçamento base zero.

Odete Cosme

Questionou por que motivo se partia para uma análise de orçamento base zero dado não poderem os dados ser confrontados, mais uma vez com todas as condicionantes do lado da despesa, mas também da previsão de maximização de receita que inevitavelmente serão impostas.



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REUNIÃO COM FORÇAS POLÍTICAS

Vice-presidente

Informou que o Município do Cartaxo tem uma receita aproximada de 12 000 000,00 € e uma despesa 10 000 000,00 € e que, na sua opinião, o município era sustentável se não fosse o serviço da dívida, ou seja, consegue gerar *cashflow* positivo, não sendo o mesmo suficiente para regularizar o serviço da dívida, no valor de 4,1 milhões de euros.

E acrescentou que irá estar contemplado neste orçamento para 2016, a abertura de duas vagas para camionista de pesados, porque, de momento, o serviço de recolha de resíduos sólidos encontra-se a ser assegurado nas férias dos trabalhadores por dois bombeiros municipais porque o município não tem tratoristas nem operadores de máquinas.

Realçou que no período de dois anos saíram do quadro de pessoal cerca de 20 pessoas e que o município já pagou cerca de 61 mil euros em indemnizações e com encargos à Caixa Geral de Aposentações foram liquidados cerca de 820 mil euros.

Odete Cosme

Questionou o vice-presidente se o montante de indemnizações que referiu englobava os valores que o município terá que pagar aos funcionários da empresa municipal RUMO 2020, uma vez que cada mês que passa há duplicação de despesa, uma vez que é pago + um mês a esse pessoal e que esse mês acresce também ao tempo de indemnização final.

Vice-presidente

Informou que os montantes contemplados em orçamento para a empresa municipal RUMO abrangem as indemnizações aos trabalhadores, neste sentido, transmitiu que em princípio serão rescindidos dois contratos.

Acrescentou que está a aguardar informação da DGAL e que ainda não é certo que o município tenha que indemnizar todos os funcionários da RUMO 2020, sendo porém,



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REUNIÃO COM FORÇAS POLÍTICAS

vontade do executivo em internalizar os funcionários da empresa municipal, terá que aguardar o parecer da DGAL relativamente a este assunto.

Odete Cosme

Referiu que o Sr. Presidente tinha dito que a parte de investimentos prioritários eram um milhão e meio, mas a receita orçamentada não tem investimentos previstos.

Referiu ainda que em aquisições de bens e serviços consta o valor de dois milhões e novecentos mil euros.

Questionou se o executivo tinha a possibilidades de dispensar ao BE o que está alocado ao montante de dois milhões e novecentos mil euros, na aquisição de bens e serviços. Esta questão deve-se ao facto de, no orçamento para 2015, estar um valor de onze milhões de euros e a dívida ser de quatro milhões e novecentos mil euros, ora se for abatido aos onze milhões quatro milhões e novecentos mil de euros há uma folga de três milhões de euros que estão a menos.

Questionou se o valor de milhão e meio que o Sr. Presidente referiu já estavam incluídos.

Vice-presidente

Referiu que o documento em análise é uma simulação de um orçamento de base zero do Município do Cartaxo e que para a realização desta simulação não foi contemplada qualquer despesa de capital.

Informou que a verba da aquisição de bens e serviços está alocada aos encargos com as instalações públicas, nomeadamente com a aquisição de combustíveis, energia elétrica, etc.

Neste momento o executivo está a analisar todas requisições dos anos anteriores que estão a gerar compromissos registados em orçamento e ainda não possuem fatura,



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REUNIÃO COM FORÇAS POLÍTICAS

isto é o fornecimento dos bens ou a prestação de serviços, que estiveram na origem destas requisições, não foram entregues no município e como tal não deram origem a emissão de fatura por terceiros. Os serviços municipais depois de analisarem todas estas situações irão proceder a regularização destas requisições.

Referiu que, para além dos fundos comunitários, no orçamento do Município do Cartaxo, nos próximos três anos, a nível de FAM, terá um investimento previsto de 1,2 milhões de euros.

Mais referiu que o executivo tinha transmitido à direção do FAM, que toda a poupança corrente gerada ou qualquer receita extraordinária cobrada será aplicada em despesa de capital.

Odete Cosme

Questionou como estava a situação com a Cartágua, uma vez que poderia a empresa vir solicitar à autarquia ser ressarcida das importâncias relativas a não ter sido posto em prática o tarifário com o aumento de 5%.

Vice-presidente

Referiu que a Cartágua não paga a compensação ao município acerca de um ano e meio e se houver alguma exigência por parte desta, a mesma será analisada e estudada pelos serviços, tendo que ambas as partes assumir as respetivas responsabilidades.

Francisco Colaço

Questionou qual o ponto da situação das auditorias ao Município do Cartaxo.



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REUNIÃO COM FORÇAS POLÍTICAS

Vice-presidente

Disse que a documentação referente aos processos selecionados pelas diversas forças políticas e pelo movimento independente, para serem alvo de auditoria, foram enviados para as respectivas entidades inspetivas. Neste momento o executivo aguarda a análise pelas entidades inspetivas da documentação enviada.

Odete Cosme

Constatou que existe um diferencial de 2 milhões e 900 mil para o serviço da dívida, não contando com as coisas que possam surgir de repente. Neste sentido, questionou se existe um período de carência.

Questionou ainda o Sr. Vice-presidente sobre o facto de nos documentos ora disponibilizados não se encontrar qualquer referência com dados técnico/financeiros sobre o PAM para a adesão ao FAM, o que era no mínimo estranho uma vez que o orçamento de 2016 será estritamente condicionado pelo aprovado na DGAL.

Vice-presidente

Informou que existe um período de carência de dois anos que é o máximo.

Relativamente ao Plano de Ajustamento Municipal (PAM) informou que o município já realizou uma primeira versão do PAM, submetendo o mesmo a uma previa análise da direção executiva do Fundo de Apoio Municipal contribuindo este organismo com algumas sugestões para melhorar o projeto final a ser enviado em novembro deste ano, contudo o executivo também pretende ouvir as sugestões do BE sobre este assunto.

Acrescentou que o documento final será submetido a apreciação e análise da DGAL, elaborando um relatório que acompanhara a versão final do PAM para a apreciação da Direção Geral do FAM e análise, posteriormente estes documentos serão enviados para o município e levados a reunião de camara para serem discutidos, analisados e



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REUNIÃO COM FORÇAS POLÍTICAS

votados antes de submeter os mesmos a Assembleia Municipal e ao Tribunal de Contas.

Neste contexto, acrescentou que pretende realizar uma exposição sobre o FAM, em Assembleia Municipal, para que os munícipes tenham conhecimento dos condicionalismos que o município irá atravessar, após a aprovação do documento final.

Odete Cosme

Solicitou ao senhor vice-presidente, todos os dados técnicos existentes relativos ao processo de adesão ao FAM, onde conste os cenários futuros de serviço da dívida, de modo a que o BE pudesse na próxima reunião agendada para recolher contributos para o PAM/FAM, participar construtivamente.

Vice-Presidente

Informou que a Sr.^a Odete Cosme terá conhecimento do documento, após apresentação da sua versão final em reunião de câmara e assembleia municipal.

Francisco Colaço

Face ao exposto e atendendo à inutilidade de qualquer contributo dada a impossibilidade que o BE tinha (por não ter sido facultado pela autarquia) em avaliar qualquer variação que esse contributo provocasse na gestão futura da autarquia no que ao FAM dizia respeito, apresentou as propostas do BE:

- ✓ Mobilidade dentro do concelho que passa pela expansão dos transportes urbanos do mesmo.
- ✓ Ligar o concelho à via-férrea



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REUNIÃO COM FORÇAS POLÍTICAS

- ✓ Acionar o cartão sénior municipal para apoiar os idosos e os estratos sociais mais desfavorecidos;
- ✓ Beneficiamento de estradas;
- ✓ Apoio à educação, nomeadamente, em relação à alimentação escolar das crianças, principalmente das mais carenciadas mesmo em período não letivo.

Vice-presidente

Agradeceu o conjunto de medidas apresentadas pela força política, realçando a grande dificuldade de implementação das mesmas, dado os constrangimentos financeiros do município.

ENCERRAMENTO – E não havendo mais intervenções, o senhor vice-presidente da câmara municipal, deu como encerrada a reunião, quando eram 18 horas, para constar se lavrou a presente minuta da ata, e eu, Isabel Santos, a redigi e subscrevi e vou assinar junto do senhor vice-presidente.

VICE-PRESIDENTE

Fernando Manuel da Silva Amorim

SECRETÁRIA DA REUNIÃO

Isabel Santos

(doc.4)
↓ R



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REUNIÃO COM FORÇAS POLÍTICAS

ATA N.º 03 | 10 SETEMBRO 2015

**Recolha de contributos da força política – Paulo Varanda, Movimento pelo Cartaxo (PV-MPC)
- para elaboração do orçamento municipal**

Aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, no edifício dos Paços do Município, realizou-se uma reunião com as forças políticas deste município, sob a Presidência do senhor, Presidente da Câmara Municipal, PEDRO MIGUEL MAGALHÃES RIBEIRO (PS), coadjuvado pelo senhor Vice-Presidente FERNANDO MANUEL DA SILVA AMORIM (PS), e pela senhora Vereadora SÓNIA MARGARIDA PIMENTA DA PIEDADE TEIXEIRA SANTOS SERRA (PS).

Participaram na reunião os seguintes representantes do PV-MPC:

- ✓ Nuno Nogueira;
- ✓ Jorge Pisca;
- ✓ Élia Figueiredo.

APOIO – Secretariou a técnica superior, Andreia Elvas.

ABERTURA – Com a apresentação de saudações a todos os presentes, o senhor vice-presidente declarou aberta a reunião, quando eram dezassete horas e cinquenta minutos, cujo assunto em debate consiste na recolha de contributos para elaboração do orçamento de 2016.

Vice-presidente da câmara municipal

Informou que se encontra em elaboração o orçamento do município para o ano de 2016, estando neste momento praticamente apuradas as médias dos custos de funcionamento e consumíveis. Neste sentido, as opções políticas encontram-se dentro do orçamento que foi remetido para as forças políticas.

4 B



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REUNIÃO COM FORÇAS POLÍTICAS

Atendendo que o município necessita para funcionar de cerca de 10 000 000,00 €, já com as despesas de pessoal incluídas e sem qualquer investimento, para uma receita de 12 000 000,00 €, o orçamento encontra-se condicionado, ainda para mais porque existe um mapa da dívida com prestações vencidas no valor de 5 000 000,00 € mais juros, o que perfaz a quantia de 6 400 000,00 €. Se a estes montantes for acrescentado o valor do investimento, o município fica com o défice que tem quase todos os anos.

Neste enquadramento, o executivo pretende dar prioridade às estradas que estão em piores condições e à beneficiação dos espaços verdes, tendo sempre em consideração que o Fundo de Apoio Municipal (FAM) irá impor regras muito rígidas no sentido de vedar o investimento, não podendo haver despesas de capital. No entanto, o executivo pretende negociar a direção do FAM, pois não considera possível manter as despesas de capital a zero durante 20 anos.

Nuno Nogueira

Disse estar convencido que enquanto não haja *"preto no branco"* sobre os programas que as câmaras se estão a candidatar, a direção do FAM não se irá pronunciar sobre essas situações porque este problema deverá ser transversal a todas as câmaras municipais com recurso ao FAM.

Vice-presidente da câmara municipal

Esclareceu que com o dinheiro do FAM não pode existir investimento, pelo que o município vai tentar que o serviço da dívida seja diluído no maior espaço do tempo, ou seja, procurar negociar tempo e não juros, até porque as taxas que existem neste momento são boas.

Será então necessário fazer com que os 2 000 000,00 € de receita que o município gera no orçamento base zero, dê para pagar o serviço da dívida e sobrar alguma coisa para a despesa de capital, só com base nesta perspetiva é que o FAM pode aceitar, o que não irá aceitar é que o município realize investimento com o dinheiro do FAM.



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REUNIÃO COM FORÇAS POLÍTICAS

Pelo exposto, na sua opinião, é determinante que o orçamento demonstre que irá libertar dinheiro para fazer investimento porque o objetivo do FAM será, ano a ano, ir colmatar os défices orçamentais sem o investimento, ou seja, pagar o serviço da dívida ao longo do tempo, garantir a sustentabilidade do município e assegurar os serviços essenciais.

Nuno Nogueira

Questionou se seria possível propor à direção do FAM medidas de criação de riqueza, que gerem receita, como por exemplo, eventos pelo verão, pela altura das vindimas, etc.

Vice-presidente da câmara municipal

Explicou que a direção do FAM não pretende receita que seja expetável.

Referiu que o executivo com pelouro está a dar continuidade a uma instituição que tem uma história e que fica triste por ter estes resultados do passado. Acrescentando que em dois anos não foi contraído nenhum empréstimo, foi concluído o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) que era um projeto do executivo anterior.

Realçou que no âmbito do FAM os próximos orçamentos vão ser muito rígidos, com projeções ao trimestre e avaliação trimestral.

Nuno Nogueira

Referiu que se o município for cumprindo, provavelmente, não ficará com uma “faca apontada”.

O Senhor Presidente da Câmara participou na reunião a partir das 18.15 horas.

Presidente da câmara municipal

Cumprimentou os presentes e referiu que lamentava que estivessem presentes na reunião de câmara municipal calados sobre determinados assuntos e que depois



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REUNIÃO COM FORÇAS POLÍTICAS

fossem para a Rádio Cartaxo dar entrevistas sobre esses assuntos, onde o executivo foi acusado de falta de transparência.

Na sua opinião, quando alguém integra uma lista em n.º 2 é por considerar que o n.º 1 é um líder e acredita no trabalho que este desenvolveu, tal como no exemplo da Cartágua.

Nuno Nogueira

Relembrou o presidente que a entrevista em causa já tinha sido realizada há mais de 9 meses.

Presidente da câmara municipal

Questionou aos representantes do PV-MPC quais as propostas para o orçamento de 2016.

Nuno Nogueira

Esclareceu que já tinha feito o enquadramento com o senhor Vice-presidente e que tinha colocado a questão de possíveis soluções para criar receita.

Vice-presidente

Informou que o objetivo será canalizar a receita extra para o investimento, sendo que a receita prevista é 12 000 000,00 €, correspondendo à média dos últimos exercícios.

Relembrou que o município tem a taxa máxima de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI).

E, referiu que a receita que vier a ser obtida pelo pagamento de estacionamento poderá ser canalizada para investimento.

Nuno Nogueira

Na sua opinião, a nível cultural, poder-se-ia tentar estabelecer parcerias para dinamizar o Cartaxo e criar eventos de grandes dimensões para auferir um conjunto



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REUNIÃO COM FORÇAS POLÍTICAS

de receitas extras significativas. Neste sentido, poder-se-ia promover eventos na primavera/verão, em épocas que não coincidam com as festas da cidade, numa tentativa criar *cash-flow* com o mínimo de risco para as contas do município.

De seguida, questionou qual o balanço do festival "Reverence Valada" se gerou receita ou prejuízo.

Mais referiu que os eventos a promover deveriam contaminar a cidade, através de horários de funcionamento alargados, com reestruturação do comércio, para que possam trazer público, como aconteceu em Vila Chã de Ourique, com o concerto dos DAMA.

Por fim, questionou se nos mapas que foram distribuídos para as reuniões estão previstos alguns períodos de carência de juros.

Presidente da câmara municipal

Realçou que as propostas apresentadas pelo PV-MPC iam no sentido de trazer mais festivais e eventos para o município.

De seguida, esclareceu que existia carência de juros durante 2 anos extensíveis até 3, a contar da data em que se recebe. E que no âmbito do PAEL irá ser pago 500 000,00 € de 6 em 6 meses.

Nuno Nogueira

Referiu que apesar de não apresentarem propostas no âmbito da área de recursos humanos, gostariam de ser informados se seria possível o município cumprir o FAM mantendo a mesma estrutura de pessoal (com custos na ordem dos 6 000 000,00 €) e ainda assim cumprir as obrigações dos bancos.

Presidente da câmara municipal

Explicou que o modelo "Reverance Valada" já tinha sido proposto no mandato anterior, no entanto, só agora tinha sido "arriscado" por este executivo.

27



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REUNIÃO COM FORÇAS POLÍTICAS

Este ano foi verificado que as pessoas que frequentaram o festival eram mais ordeiras e educadas, pois mostraram muito respeito por toda a gente, no entanto, para que as pessoas sentissem que este evento era pacífico, houve muito trabalho prévio, nomeadamente através do envolvimento das associações da terra, do rancho, do centro de dia e das pessoas mais idosas.

Acrescentou que não há a certeza de que o evento se irá realizar para o próximo ano, pois em 2014 a organização teve um prejuízo de cerca de 100 000,00 € e este ano ainda estão a apurar a dimensão do prejuízo. Mais referiu que nenhum festival deste género resiste sem o patrocínio de uma grande marca e que os municípios também costumam dar apoio financeiro nestas situações, o que no caso do Município do Cartaxo tal não será possível.

Transmitiu também que tem conhecimento da existência de muitos municípios à beira tejo que gostariam de ter o evento e que têm condições para prestar apoio financeiro. Neste sentido, a organização irá tomar a sua decisão até ao final do mês.

Informou ainda que o município esteve em conversações com outro promotor para se realizar outro festival com outro tipo de música, no entanto, nada está concretizado.

Informou ainda que o Quiosque de Valada também será concessionado existindo conversações com um promotor e que a ideia será promover com festas de tipo *sunset* – *spots* de verão, com recurso a DJ, ou seja, com o objetivo de criar um bom ambiente para as pessoas usufruírem no fim do dia.

Acredita assim que o Cartaxo irá ter mais dinâmica no próximo ano.

Nuno Nogueira

Questionou sobre se também estava previsto concessionar o Mercado Municipal.

Presidente da câmara municipal

Esclareceu que existiu a tentativa de implementar no Mercado Municipal uma realidade muito próxima da que existe em Campo de Ourique, tendo sido feito um trabalho exaustivo com os potenciais investidores, um dos quais responsável pela



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REUNIÃO COM FORÇAS POLÍTICAS

implementação do projeto em Lisboa. Contudo, este não chegou a ser concretizado porque foi feito um estudo efetuado conclui que as rendas tinham que ser muito altas para o aquele espaço ser rentável.

Realçou que o executivo assim que tomou posse realizou uma reunião com os comerciantes do Cartaxo para perceber o que eles sentiam e para que estes lhe transmitissem as suas mensagens. Acrescentou que o mercado funciona durante a semana com 2 a 3 bancas e ao sábado com as bancas praticamente todas ocupadas, expeto as bancas do peixe, onde se encontra apenas uma senhora a vender peixe.

Referiu ainda que há muito trabalho a desenvolver, mas não tem havido tempo, pois a área de empreendedorismo só tem 4/5 pessoas que estão a desenvolver trabalho em diferentes áreas, nomeadamente na reformulação do mercado mensal e quadro comunitário.

Salientou que os hábitos de vida das pessoas não passam pelo mercado, praticamente, só lá vão ao fim de semana.

Disse ainda que falar de recursos humanos implica sempre estratégia, ou seja, se uma empresa quiser expandir o que faz hoje, vai ter que abrir novas vagas para novos funcionários e que, no caso do município, tudo depende do que se quer fazer, se é para manter os funcionários são suficientes.

Na sua opinião, o município tem pessoas a menos para os objetivos traçados, existindo recursos que estão em determinadas áreas e que podem ser otimizados para outras, como já sucedeu na área do urbanismo. O que não significa que a área do urbanismo tenha menos trabalho porque grande parte dos problemas que o urbanismo tem, ao longo dos anos, são as ilegalidades, perdendo-se muito tempo a legalizar.

Terminou dizendo que não sabe responder à questão dos recursos humanos porque depende dos objetivos que forem definidos para o município.

Relativamente ao orçamento disse tinha que ser mantido o ritmo daquilo que foi feito nestes últimos dois anos, ou seja, tentar ir ao essencial porque não vai haver margem para mais.



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REUNIÃO COM FORÇAS POLÍTICAS

Referiu que, apesar de tudo, o executivo conseguiu fazer mais nestes 2 últimos anos do que pensava conseguir em fazer, terminando obras importantes, nomeadamente a estrada do Setil, pois caso contrário teria que devolver os fundos comunitários. Assim como a rua do Prioste, ValleyPark, Civilvias, entre outros.

Realçou que os problemas graves com a Caixa Geral de Aposentações e Autoridade Tributária e Aduaneira também foram resolvidos e deu conhecimento que o município está a tentar reservar uma verba entre € 300 000,00 a € 350 000,00, para algumas prioridades, nomeadamente para repavimentação.

Informou ainda que uma das opções orçamentais será entregar a manutenção da zona central do Cartaxo, que inclui a praça 15 de Dezembro e o largo Vasco da Gama à gestão de privados. Ficando, os restantes espaços verdes como a Quinta das Pratas, Parque de Santa Eulália, Parque da Música, Valverde, Quinta do Brito, etc., ficaram a cargo dos serviços municipais.

Neste sentido, acrescentou que se irá procurar plantar espécies de pouca manutenção e de baixo consumo de água, pois o orçamento para a Quinta das Correias em plantas é de 12 000,00 €.

Jorge Pisca - Presidente da junta de freguesia de Pontével

Disse esperar que o município faça parte da economia, pois tem gerido bem a casa neste ponto. Salientou que a Freguesia de Pontével, quando precisa, tem tido sempre a ajuda do município.

Agradeceu a repavimentação da rua da Capela e realçou que existem três situações urgentes na freguesia: o muro, o mercado e a travessa do Paço.

Por fim, salientou que estando em causa um bom orçamento para 2016 para o será para as freguesias.

ENCERRAMENTO – E não havendo mais intervenções, o senhor presidente da câmara municipal, deu como encerrada a reunião, quando eram 19 horas e 30



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REUNIÃO COM FORÇAS POLÍTICAS

minutos, para constar se lavrou a presente minuta da ata, e eu, Andreia Elvas, a redigi e subscrevi e vou assinar junto do senhor presidente.

PRESIDENTE

Pedro Miguel Magalhães Ribeiro

SECRETÁRIA DA REUNIÃO

Andreia Elvas



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REUNIÃO COM FORÇAS POLÍTICAS

ATA N.º 04 | 21 SETEMBRO 2015

Recolha de contributos da força política – Coligação Democrática Comunitária (CDU) - para elaboração do orçamento municipal

Aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, no edifício dos Paços do Município, realizou-se uma reunião com as forças políticas deste município, sob a Presidência do senhor, Presidente da Câmara Municipal, PEDRO MIGUEL MAGALHÃES RIBEIRO (PS), coadjuvado pelo senhor Vice-Presidente FERNANDO MANUEL DA SILVA AMORIM (PS).

Participaram na reunião os seguintes representantes da CDU:

- ✓ Mário Júlio
- ✓ Rodrigo Rodrigues

ABERTURA – Com a apresentação de saudações a todos os presentes, o senhor presidente declarou aberta a reunião, quando eram vinte e uma horas, cujo assunto em debate consiste na recolha de contributos para elaboração do orçamento de 2016.

Presidente da câmara municipal

Informou que se encontra em elaboração o orçamento do município para o ano de 2016 e, nesse sentido, solicitou aos elementos da CDU, propostas para o orçamento e GOP, assim como contributos para a questão do PAM.

Explicou que face à situação de desequilíbrio financeiro em que o município do Cartaxo se encontra, este está obrigado a aderir ao FAM para além do PAEL.

Salientou que está em causa um exercício muito complexo, pois é necessário conciliar os pagamentos que o município tem de efetuar, nomeadamente, dos empréstimos bancários, com as necessidades urgentes.



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REUNIÃO COM FORÇAS POLÍTICAS

Referiu ainda ter a expectativa que o novo governo possa encontrar soluções que permitam aos municípios como o do Cartaxo, poderem cumprir serviços mínimos de qualidade, pois é a favor do espírito e dos princípios da lei dos compromissos e pagamentos em atraso, no entanto, considera-a bastante cega relativamente aos municípios que se encontram em desequilíbrio financeiro, uma vez que qualquer despesa que o município faça, mesmo as mais básicas como as refeições escolares, transportes públicos entre outros, está em constante violação com esta lei.

Neste sentido, informou que este assunto já tinha sido objeto de reunião com o senhor diretor do Tribunal de Contas que compreendeu a situação do município, mas que nada pode fazer, pois só o governo ou a assembleia da república é que têm capacidade legislativa.

Acrescentou ainda que até agora nada foi resolvido e que hoje há um risco tremendo para quem gere esta câmara, no entanto, não há alternativa a não ser continuar a prestar os serviços correndo o risco.

Mário Júlio

Agradeceu o convite e a disponibilidade do Sr. Presidente da Câmara.

Começou por referir que esta situação decorre de uma gestão que o município teve durante muitos anos e, também, da aprovação de uma lei que o PSD e CDS queriam e que tem como grande objetivo o estrangulamento do poder local.

Constatou que durante os próximos vinte anos, seguindo este serviço de dívida e este plano de pagamentos não vai sobrar nada para haver investimento no concelho do Cartaxo.

Referiu que a CDU é literalmente contra à majoração de uma série de taxas que a lei obriga, nomeadamente o IMI, o IRS e a derrama porque a majoração destas três taxas é um atentado contra a situação já precária da maior parte dos cidadãos do nosso concelho.



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REUNIÃO COM FORÇAS POLÍTICAS

Sobre a questão do FAM/PAEL, da dívida e seu serviço, sugeriu que a câmara renegociasse a dívida com Caixa Geral de Depósitos, ou seja, que o prazo de liquidação passasse de 6 para 12 anos, no sentido de sobrar, pelo menos, um milhão euros/ano para investimento local.

A nível de Orçamento e respetivas GOP disse que a CDU será sempre contra qualquer orçamento que entre pela via de diminuir o número de funcionários, pois vê com pouca simpatia os programas ocupacionais e de inserção social porque se as pessoas estão a trabalhar é porque são precisas e deve-se dar às pessoas uma perspetiva de vida e não uma promessa de vida.

Acrescentou que a CDU gostava que este orçamento revisse a situação do projeto "Portugal 2020", porque há uma série de financiamentos comunitários que podiam ser reinvestidos no concelho, nomeadamente no apoio às instituições que se querem reconverter, como por exemplo a ACVP, que por via da gestão do próprio município, praticamente perdeu o A.T.L. e as refeições, mas tem a possibilidade de se reconverter em centro de dia. E, existem programas que ao nível comunitário podem responder as estas situações e talvez haver outras desde género, nomeadamente para reconversão do centro escolar de Pontével, a reconversão da Escola E.B.1 de Pontével para centro de dia, etc.

Mais referiu que é necessário desbloquear o PDM porque está a dificultar muito o investimento no concelho do Cartaxo.

Presidente da câmara municipal

Informou que a reconversão da escola básica n.º 1 de Pontével para centro de dia já foi considerada prioridade, assim como, o centro escolar de Pontével, mas já não restava mais verba para cabimentação, ou seja, com centro escolar de Pontével, com a eficiência energética e ainda com um pequeno sinal para o centro de dia de Pontével não restou mais dinheiro.



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REUNIÃO COM FORÇAS POLÍTICAS

Na sua opinião, estes ícones eram obrigatórios nas candidaturas comunitárias, e em termos de reabilitação urbana, poder-se-á ir buscar financiamento para questões de mobilidade, ciclovias, entre outros.

Informou ainda que, em princípio, no decurso do mês de fevereiro de 2016 será apresentada a proposta de revisão do Plano Diretor Municipal.

Rodrigo Rodrigues

Sugeriu que, no âmbito da reabilitação urbana, fosse possível realizar a beneficiação das infraestruturas das bancadas dos pavilhões de atividades desportivas.

Presidente da câmara municipal

Relativamente à sugestão disse que tal não seria possível porque o paradigma dos fundos comunitários mudou radicalmente, não existindo candidaturas para esse tipo de equipamentos, nem para estradas. Para além disto, as autarquias perderam a autonomia em relação à escolha dos equipamentos a reabilitar.

Neste sentido, salientou que os municípios do Cartaxo e da Chamusca são os únicos concelhos da lezíria do tejo que não têm centro escolar e que estavam de fora do mapeamento que o Ministério fez, ou seja, daquilo que era prioritário para o Ministério da Educação. Assim, neste pacote de contratualização para além dos municípios terem perdido um terço das verbas em relação aos quadros anteriores, ainda perderam a autonomia, estando ao serviço dos mapeamentos feitos pelas direções gerais.

Referiu ainda que o dinheiro que vai para a lezíria do tejo, a nível de equipamentos sociais, não é para a construção de novos equipamentos mas para reabilitar aqueles que precisam, neste sentido, o Município de Rio Maior leva uma boa parte das verbas. Explicou que os municípios de Cartaxo, Salvaterra e Chamusca esgotaram o pacote da educação e o município de Rio Maior esgotou o pacote da ação social, há



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REUNIÃO COM FORÇAS POLÍTICAS

municípios na sub-região da lezíria que praticamente só ficaram com a eficiência energética.

Neste pacote as autarquias vão ter menos dinheiro para a contratualização, a maior parte das verbas foram distribuídas para as instituições particulares de solidariedade social ligadas à igreja e para as empresas.

ENCERRAMENTO – E não havendo mais intervenções, o senhor presidente da câmara municipal, deu como encerrada a reunião, quando eram 21 horas e 50 minutos, para constar se lavrou a presente ata e eu, Andreia Santos Elvas, a redigi e subscrevi com recurso ao suporte áudio e vou assinar junto do senhor presidente.

PRESIDENTE

Pedro Miguel Magalhães Ribeiro

SECRETÁRIA DA REUNIÃO

Andreia Santos Elvas

(doc.6)
f R



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REUNIÃO COM FORÇAS POLÍTICAS

ATA N.º 05 | 21 SETEMBRO 2015

Recolha de contributos da força política – Partido Socialista (PS) - para elaboração do orçamento municipal

Aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, no edifício dos Paços do Município, realizou-se uma reunião com as forças políticas deste município, sob a Presidência do senhor, Presidente da Câmara Municipal, PEDRO MIGUEL MAGALHÃES RIBEIRO (PS), coadjuvado pelo senhor Vice-Presidente FERNANDO MANUEL DA SILVA AMORIM (PS).

Participaram na reunião os seguintes representantes do PS:

- ✓ Elvira Tristão;
- ✓ Pedro Nobre;
- ✓ António Mourão;
- ✓ André Santos;
- ✓ Telma Vinhas.

ABERTURA – Com a apresentação de saudações a todos os presentes, o senhor presidente declarou aberta a reunião, quando eram vinte e duas horas, cujo assunto em debate consiste na recolha de contributos para elaboração do orçamento de 2016.

Presidente da câmara municipal

Informou que se encontra em elaboração o orçamento do município para o ano de 2016 e, nesse sentido, solicitou aos elementos do PS, propostas para o orçamento e GOP, assim como contributos para a questão do PAM.

Explicou que face à situação de desequilíbrio financeiro em que o município do Cartaxo se encontra, este está obrigado a aderir ao FAM para além do PAEL.

FR



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REUNIÃO COM FORÇAS POLÍTICAS

Elucidou que, tal como já sucede no PAEL, também o FAM obriga a que todas as taxas municipais sejam fixadas no valor máximo, o que é uma condicionante para quem vive, trabalha ou investe no município do Cartaxo.

Perante a situação de asfixia em que a C.M.C. vive e diante a herança deixada pelo anterior executivo, nomeadamente a situação de profundo desequilíbrio financeiro, o esforço a enfrentar pelo município vai ter que ser muito grande nos próximos anos, de modo a se conseguir conciliar as dificuldades já referidas com a prestação de serviços básica a prestar aos munícipes.

Assim, o executivo está a pedir às forças políticas que apresentaram projetos nas últimas eleições, contributos para que o FAM, que possam contribuir para resolver a asfixia em que o município vive e dar perspectivas de futuro, com os investimentos básicos que a C.M.C. tem de assegurar.

Informou que processo com a direção do FAM prolongou-se porque a C.M.C. tem um nível de exigência de querer colmatar algumas das vulnerabilidades que o município tem, pois o FAM vai obrigar a um redobrado rigor orçamental, a um rigor nas previsões a definir e a um maior critério nas opções políticas a fazer nos próximos anos.

Elvira Tristão - Presidente do PS Cartaxo

Agradeceu o convite ao Sr. Presidente da Câmara. Agradeceu ainda, a presença dos elementos do secretariado e dos elementos da Assembleia Municipal que se disponibilizaram para comparecer nesta reunião bem como a disponibilidade do Pedro Nobre que representou o PS na anterior reunião.

De seguida passou a palavra ao Pedro Nobre, por ser o elemento que está mais habilitado para as questões financeiras.



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REUNIÃO COM FORÇAS POLÍTICAS

Pedro Nobre

Começou para agradecer o convite e saudar a iniciativa.

Sabe que não existe muita margem para grandes sugestões, uma vez que há uma grande limitação, não só pela própria lei como também pelo regulamento do PAM/FAM.

Neste sentido, apresentou as seguintes propostas:

- Renegociação do empréstimo com a Caixa Geral de Depósitos, alargando as maturidades do financiamento, mantendo todas as condições, nomeadamente a taxa de juro;
- Funcionamento do parque de estacionamento subterrâneo e também dos parques de estacionamento à superfície, para criar receita adicional que não foi contemplada como uma receita previsível;
- Corrigir o défice dos tarifários do RSU.

Com algumas destas medidas, do lado da despesa e do lado da receita, a sugestão que o PS deixa ao executivo é a de que consiga planear, de uma forma responsável, os ciclos de investimento em função do que possa vir a ficar disponibilizado pelo FAM.

Presidente da câmara municipal

Questionou se tinham propostas relativas ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano.

Elvira Tristão - Presidente do PS

Apresentou as seguintes propostas:

- 1) Reparação da rede viária nos troços mais degradados, não só na cidade como também em algumas freguesias, nomeadamente:



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REUNIÃO COM FORÇAS POLÍTICAS

- ✓ Os troços mais degradados da circular urbana (o troço entre a rotunda da Escola Secundária e a rotunda da Sociedade de Padarias);
- ✓ Pavimento junto à E. B. 2/3 do Cartaxo;
- ✓ Reparação dos passeios da Rua Serpa Pinto;
- ✓ Reparação da Rua José Poeira (junto ao Mercado Municipal);
- ✓ Rua das Lameiradas -Vale da Pinta (reivindicação com mais de 2 anos);
- ✓ Largo Mariano de Carvalho - Vila Chã de Ourique;
- ✓ Rua Luís Duarte e a Rua das Marotas – Pontével;

Salientou que estes são os principais troços que necessitam de intervenção urgente, apesar de existirem mais troços que também necessitam de intervenção.

2) Relativamente ao ambiente, sustentabilidade e espaços verdes:

- ✓ Recuperação dos arbóreos e a relva da Praça 15 de Dezembro e Largo Vasco da Gama;
- ✓ Requalificação do jardim do Valverde;
- ✓ Quinta das Correias;
- ✓ Dignidade às rotundas que são a porta de entrada da cidade;
- ✓ Aquisição de um veículo de recolha de resíduos sólidos urbanos (atendendo à idade dos veículos que estão ao serviço do município e uma vez que não se vai concessionar estes serviços).

António Mourão

Dando continuidade às propostas, apresentou as seguintes prioridades:

- 1) Terminar a proposta do PDM;
- 2) Exploração municipal do estacionamento subterrâneo e à superfície;
- 3) Otimizar a gestão das refeições escolares;
- 4) Investir na eficiência energética;
- 5) Implementar o FAM;
- 6) Na área do desenvolvimento económico e tendo em conta o novo quadro comunitário:



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REUNIÃO COM FORÇAS POLÍTICAS

- ✓ Apoiar as empresas em termos de candidaturas ao Portugal 2020;
 - ✓ Carta do investidor;
 - ✓ Otimizar os espaços junto à Praça de Toiros.
- 7) Na área de águas e saneamento:
- ✓ Apoio às candidaturas para as estações de tratamento de águas residuais de Valada, Vale da Pedra, Casais Lagartos, Ereira e Lapa, no âmbito do PO SEUR;
 - ✓ Esclarecer a população fazendo um apuramento de toda a verdade sobre o processo de concessão com a Cartágua realizado em 2013.
- 8) Na área dos transportes e mobilidade:
- ✓ Aquisição de transporte escolar devidamente homologado;
 - ✓ Promover discussão pública sobre a circulação urbana da cidade;
 - ✓ Cadastrar a sinalização e a toponímia.

André Santos

Elogiou esta iniciativa e apresentou as seguintes propostas:

- 1) Na área da cultura e do desporto:
- ✓ Implementação do conselho municipal do associativismo;
 - ✓ Promover as comemorações dos 200 anos do concelho.
- 2) Na área da educação, proteção social e saúde:
- ✓ Implementação da revisão da carta educativa;
 - ✓ Aprovação e implementação do plano educativo municipal;
 - ✓ Terminar o centro escolar de Pontével no quadro do Portugal 2020;
 - ✓ Implementação do programa de combate à violência doméstica.



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REUNIÃO COM FORÇAS POLÍTICAS

Telma Vinhas

Agradeceu o convite e apresentou as seguintes propostas:

- 1) Continuar a política de transparência na relação com as juntas de freguesia já implementada;
- 2) Elaboração de um orçamento participativo;
- 3) Reforçar a informação ao cidadão através do *site* do município.

Presidente da Câmara

Agradeceu que os contributos e sugeriu que a proposta apresentada pelo PS fosse elaborada de forma escrita e assinada por todos os elementos para depois se anexar à ata das reuniões que o executivo está a promover.

ENCERRAMENTO – E não havendo mais intervenções, o senhor presidente da câmara municipal, deu como encerrada a reunião, quando eram 23 horas, para constar se lavrou a presente ata e eu, Andreia Santos Elvas, a redigi e subscrevi com recurso ao suporte áudio e vou assinar junto do senhor presidente.

PRESIDENTE

Pedro Miguel Magalhães Ribeiro

SECRETÁRIA DA REUNIÃO

Andreia Santos Elvas



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REUNIÃO COM FORÇAS POLÍTICAS

ATA N.º 06 | 22 SETEMBRO 2015

Recolha de contributos da força política – Partido Social Democrata (PSD) - para elaboração do orçamento municipal

Aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, no edifício dos Paços do Município, realizou-se uma reunião com as forças políticas deste município, sob a Presidência do senhor, Presidente da Câmara Municipal, PEDRO MIGUEL MAGALHÃES RIBEIRO (PS), coadjuvado pelo senhor Vice-Presidente FERNANDO MANUEL DA SILVA AMORIM (PS).

Participaram na reunião os seguintes representantes do PSD:

- ✓ José Augusto
- ✓ Alberto de Sousa

ABERTURA – Com a apresentação de saudações a todos os presentes, o senhor presidente declarou aberta a reunião, quando eram dezanove horas e trinta minutos, cujo assunto em debate consiste na recolha de contributos para elaboração do orçamento de 2016 e neste sentido, deu a palavra ao representante do PSD:

José Augusto – PSD

Após ter apresentado cumprimentos aos presentes, referiu que todos conhecem as dificuldades da câmara municipal e que estas condicionam as propostas a apresentar.

Relatou que o PSD soube, na homenagem à comunidade escolar, que o orçamento participativo já está em curso. O PSD acredita na bondade da proposta pois, de facto, é uma forma de desenvolver a comunidade escolar e acredita que esta é uma medida positiva, uma vez que se resolve uma pequena coordenada política com grande alcance, pois, falar com a comunidade escolar e com os alunos, significará envolvê-los em questões de cidadania e políticas, o que colherá frutos em todo o sentido.

d R



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REUNIÃO COM FORÇAS POLÍTICAS

O PSD sabe que o orçamento vai contemplar as funções essenciais da autarquia e que pouco mais irá além destas.

Neste sentido, apresenta as seguintes propostas:

- 1) Rede viária (beneficiação das estradas);
- 2) Beneficiação dos espaços verdes e de lazer.

Presidente da Câmara

Explicou que a perspetiva do executivo é de contemplar estas questões, depois das obrigações a que a câmara municipal não pode fugir - responsabilidades financeiras, nomeadamente pagamentos de empréstimos, pagamentos de pessoal, etc.. Dentro da margem que sobrar o executivo irá alocar verbas para repavimentação de alguns troços.

Relativamente aos espaços verdes, referiu que a primeira intervenção irá ser feita na Quinta das Correias, onde se irá procurar plantar um conjunto de espécies de baixa manutenção e de pouco consumo de água, reconfigurando tudo o que estava em projeto. O município não tem condições para ter os hectares de relva que inicialmente estavam previstos. Pensar nessa possibilidade, à data de hoje e com os recursos que o município tem, é completamente irrealista.

Disse que quando o executivo tomou posse, o município tinha sete jardineiros, sendo que para tratar dos 21 hectares que a cidade tem, eram precisos vinte e sete. Os recursos de pessoal foram melhorados e colmatados com alguns contratos de emprego e de inserção dos protocolos que o município celebrou com o I.F.P.

José Augusto - PSD

Afirmou que o PSD entende que o programa de apoio municipal – FAM - está muito limitado e que a lei já contempla medidas de equilíbrio orçamental que são de implementação obrigatória.



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REUNIÃO COM FORÇAS POLÍTICAS

Sabe que o Sr. Presidente e o Sr. Vice-presidente não deixarão de negociar com o Fundo, alguma flexibilização nestas medidas, até porque se trata do IRS, IMI e da derrama para valores máximos.

Em termos de isenções o Sr. Presidente já teve a oportunidade de dizer que não pode pôr o centro cultural a 1.000,00 euros por cada utilização, o que entende ser perfeitamente razoável. Se for possível negociar com o FAM, este ponto de vista, a cultura, o desporto e uma série de outras iniciativas irão prosseguir e ser implementadas.

Neste sentido, apresentou as seguintes propostas:

- 1) Criação de banco de horas;
- 2) Rescisão por mútuo acordo (na parte que o município poderá ter funcionários a mais);
- 3) Estacionamento;
- 4) Eficiência energética;
- 5) Rentabilização de alguns equipamentos (ex. bar das piscinas).

Presidente da Câmara

Agradeceu as propostas apresentadas.

Informou que iriam ser lavradas atas das reuniões com todas as forças políticas. E acrescentou que o município já se encontra a investir muito na questão do índice de transparência municipal e que no *site* já existe um ícone dentro da barra município com as informações que aquela OMG solicita.

No ano transato, o Município do Cartaxo subiu muitos lugares ao nível da transparência municipal e o objetivo do executivo é de continuar a melhorar, não pela questão do ranking, mas porque visa prestar melhor informação aos nossos cidadãos.



Município do Cartaxo | Câmara Municipal

OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REUNIÃO COM FORÇAS POLÍTICAS

ENCERRAMENTO – E não havendo mais intervenções, o senhor presidente da câmara municipal, deu como encerrada a reunião, quando eram 20 horas e t30 minutos, para constar se lavrou a presente ata e eu, Andreia Santos Elvas, a redigi e subscrevi com recurso ao suporte áudio e vou assinar junto do senhor presidente.

PRESIDENTE

Pedro Miguel Magalhães Ribeiro

SECRETÁRIA DA REUNIÃO

Andreia Santos Elvas



Praça 15 de Dezembro 2070-050 Cartaxo
Telf. 243 700 250 | Fax. 243 700 268
correio@cm-cartaxo.pt

